

Condições de Vida e Rendimento

Fase Nacional

Equipa: PPG

Escola: Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves

Região: Norte

Categoria: A



Objetivos

O presente estudo visa, através da análise de dados considerados num período de 4 anos (de 2019 a 2022), descrever as assimetrias, ao nível da pobreza, por região, grupo etário, sexo e condição perante o trabalho e nível de ensino completado em Portugal, utilizando indicadores como o Limiar de Risco de Pobreza, a Taxa de Risco de Pobreza, a População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social e alguns indicadores de desigualdade como o Coeficiente de Gini e os rácios S80/S20 e S90/S10.

Questões de partida

- ▶ De que modo é que a pobreza tem evoluído em Portugal e qual o efeito das transferências sociais?
- ▶ Como se distribui a pobreza pelo território português?
- ▶ Em que grupo etário e sexo predomina a pobreza?
- ▶ Como é que a condição perante o trabalho e o nível de ensino completado influenciam a taxa de risco de pobreza?
- ▶ Como é que a desigualdade tem evoluído em Portugal e qual é a relação que pode ser estabelecida com o risco de pobreza ou exclusão social?

Metodologia

Na concretização do presente estudo, foram usados recursos presentes no domínio das “Condições de Vida e Cidadania” e no “Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2023” disponíveis na base de dados do Instituto Nacional de Estatística – INE.

Todos os gráficos e quadros incorporados no estudo foram concretizados com recurso ao Microsoft Excel.

Nota: Dos dados apresentados, relativos à taxa de risco de pobreza, quando não identificada a presença ou ausência das transferências sociais, é contabilizada a sua presença.

Siglas: AML – Área Metropolitana de Lisboa;
R. A. – Região Autónoma.

Limiar e Taxa de Risco de Pobreza

Ano	Limiar de risco de pobreza (€)
2019	6408
2020	6653
2021	6608
2022	7095

Fig. 1 - Limiar de risco de pobreza (€); Portugal; Anual (2019-2022)

Entre 2019 e 2022, o limiar de risco de pobreza, em Portugal, aumentou (Fig. 1): em 2019 estava situado nos 6408 euros anuais e, em 2022, o valor aumentou para 7095 euros (variação de cerca de 11%), o que revela que nesse ano as famílias com um rendimento anual equivalente inferior a 7095 euros se encontravam em risco de pobreza.

Apesar deste aumento verificado em 2022, face a 2019, e dos aumentos de 3,8% e 7,4% registados em 2020 e 2022, face aos respetivos anos anteriores, registou-se, em 2021, um decréscimo de aproximadamente 0,7%, relativamente a 2020.

Em 2022, as transferências sociais contribuíram para a redução da pobreza em 24,8 p.p. (Fig. 2): neste ano, a taxa de risco de pobreza, antes de qualquer transferência social, era cerca de 41,8% e após as transferências sociais passou a 17% (variação de aproximadamente -59%), ou seja, cerca de 17% dos residentes encontravam-se em risco de pobreza, pois apresentavam um rendimento abaixo do limiar de risco de pobreza (7095 euros anuais – Fig. 1).

Apesar do forte contributo das transferências sociais na diminuição da pobreza verificada em 2022, em 2019, registou-se o mais forte dos contributos (-26,2 p.p.), seguido de 2020 (-26,1 p.p.) e 2021 (-25,1 p.p.).

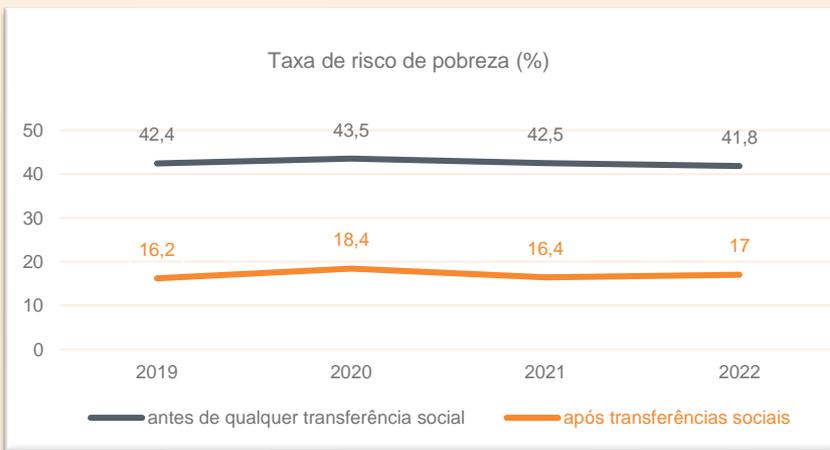


Fig. 2 - Taxa de risco de pobreza (Antes e após transferências sociais - %); Portugal; Anual (2019-2022)

Pobreza: NUTS II

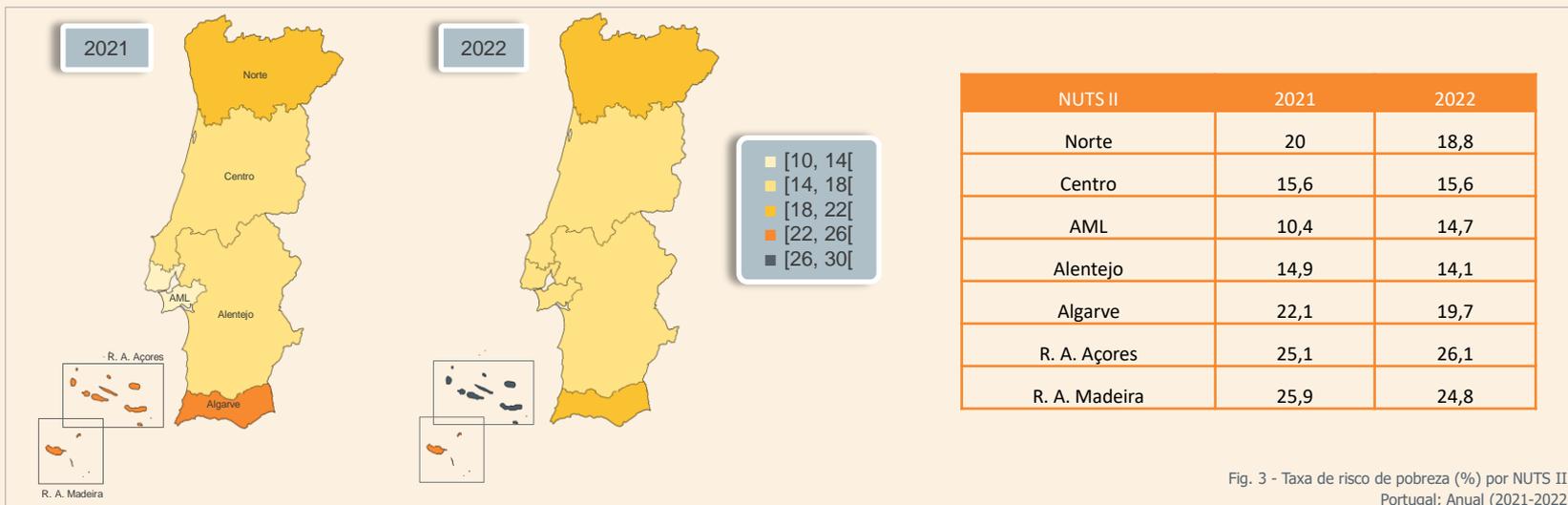


Fig. 3 - Taxa de risco de pobreza (%) por NUTS II; Portugal; Anual (2021-2022)

A Fig. 3 demonstra que em 2021, em Portugal, a taxa de risco de pobreza se revelou superior nas regiões autónomas da Madeira (25,9%) e dos Açores (25,1%), no Algarve (22,1%) e na região Norte (20%), tendo todas estas registado valores que superaram a média nacional (16,4% - Fig. 2) e tendo os menores valores sido registados na AML (10,4%).

Já em 2022, em Portugal, a taxa de risco de pobreza, tal como em 2021, revelou-se superior nas regiões autónomas dos Açores (26,1% - aumento de 4%) e da Madeira (24,8% - decréscimo de 4,2%). No que toca a Portugal Continental, as NUTS II que registaram os maiores valores e que se revelaram superiores à média nacional (17% - Fig.2), muito embora inferiores aos registados no ano anterior (2021), foram o Algarve (19,7% - variação de -11%) e a região Norte (18,8% - variação de -6%). Foi ainda, na AML que se registou a maior variação positiva (mais 41%, face ao ano anterior - 2021).

Sendo assim, de modo geral, à exceção da região autónoma dos Açores e da AML, em que a pobreza aumentou, e da região centro, em que a mesma se manteve, verifica-se que em 2022, relativamente ao ano anterior (2021), a maioria das NUTS II apresentaram um decréscimo da taxa de risco de pobreza, tendo este sido mais acentuado no Algarve (variação de -11%).

Pobreza: Grupo Etário e Sexo

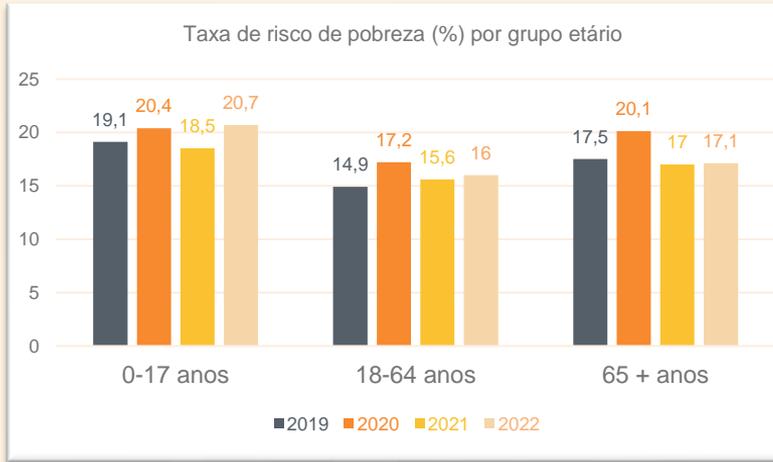


Fig. 4 - Taxa de risco de pobreza (%) por Grupo etário; Portugal; Anual (2019-2022)

Relativamente ao sexo, a taxa de risco de pobreza afetou, no período considerado, sempre mais as mulheres que os homens (Fig. 5): em 2019 o risco de pobreza das mulheres superava a dos homens em 1,1 p.p. e o total (16,2% - Fig. 2) em 0,5 p.p., em 2020 em 1,7 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente, em 2021 em 0,9 p.p. e 0,4 p.p. e em 2022 em 1,5 p.p. e 0,7 p.p., tendo-se registado a maior discrepância entre homens e mulheres e entre as mulheres e o total (Fig. 2) em 2020.

Entre 2019 e 2022 a taxa de risco de pobreza afetou sempre mais significativamente os menores de 18 anos (jovens) que apresentaram sempre uma taxa superior à taxa de risco de pobreza total (Fig. 2) e à dos demais grupos etários.

No período considerado, à exceção de 2021, em que se registaram decréscimos, face ao ano anterior (2020), o risco de pobreza aumentou, anualmente, em todos os grupos etários, tendo-se ainda registado um maior aumento em 2022, face a 2019, nos jovens (1,6 p.p.), seguido dos adultos em idade ativa (18-64 anos), que registaram um aumento de cerca de 1,1 p.p., e da população idosa (65 + anos), que registou um decréscimo de aproximadamente 0,4 p.p..

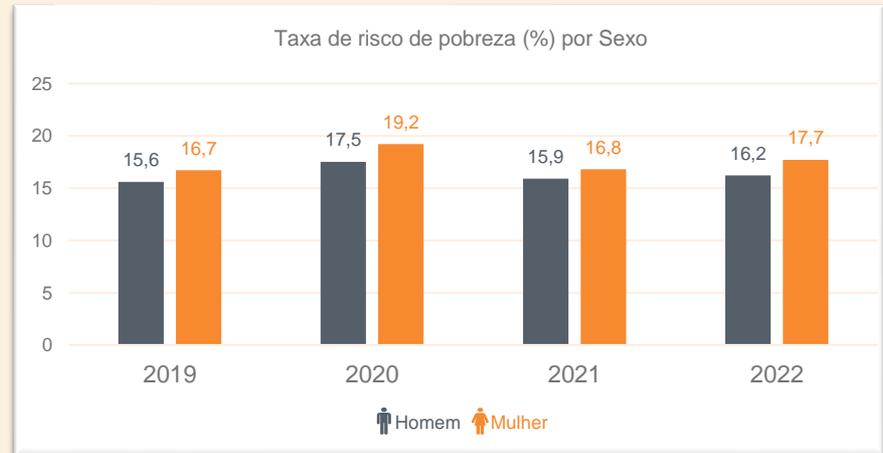


Fig. 5 - Taxa de risco de pobreza (%) por Sexo; Portugal; Anual (2019-2022)

Pobreza Segundo a Condição Perante o Trabalho e o Nível de Escolaridade

Taxa de risco de pobreza (%) segundo a condição perante o trabalho



No período considerado, a taxa de risco de pobreza revelou-se sempre superior na população desempregada (Fig. 6): em 2019, este valor correspondia a 40,6%, em 2020 a 46,5%, mais 5,9 p.p. do que em 2019, o que poderá estar associado às consequências da pandemia Covid-19; em 2021, correspondia a 43,4%, tendo-se registado um decréscimo de 3,1 p.p., face ao ano anterior (2020), variação eventualmente resultante da implementação de medidas para amenizar os efeitos da crise pandémica; já em 2022, voltou a registar-se um aumento (3 p.p.), tendo a taxa se fixado nos 46,4%, valor inferior ao registado em 2020 (-0,1 p.p.), embora superior ao registado em 2019 (5,8 p.p.).

Em todas as categorias consideradas, relativamente à condição perante o trabalho, à exceção dos empregados, cuja taxa de risco de pobreza aumentou até 2020, tendo decrescido até 2022, registou-se um aumento do risco de pobreza até 2020, seguido de um decréscimo em 2021 e um aumento em 2022, tendo o maior acréscimo decorrido na categoria “outros inativos” (3,4 p.p.).

Fig. 6 - Taxa de risco de pobreza (%) segundo a condição perante o trabalho; Portugal; Anual (2019-2022)

A Fig. 7 revela que, entre 2019 e 2022, a população que apenas tinha habilitações até ao ensino básico era a que registava sempre o maior risco de pobreza: em 2020 o risco aumentou significativamente (12%), tal como se sucedeu com a população que apenas tinha concluído o ensino secundário e pós secundário (variação de 30%) e os que haviam completado o ensino superior (variação de 47%).

Em 2021, face a 2020, registou-se em todas as categorias um decréscimo do risco de pobreza, sendo este mais acentuado na categoria correspondente à população que havia concluído o ensino superior (-20%).

Em 2022, à exceção da categoria correspondente à população que apenas havia completado o ensino secundário e pós secundário, que registou um decréscimo (-2%), face ao ano anterior (2021), verificaram-se aumentos de 3% e 5% nas categorias “Até ensino básico” e “Ensino superior”, respetivamente.

Taxa de risco de pobreza (%) segundo o nível de escolaridade completado

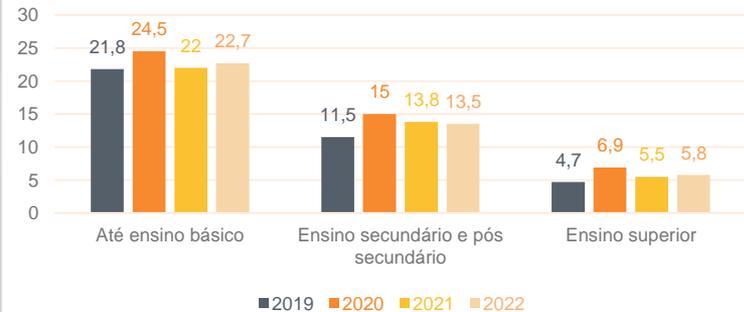


Fig. 7 - Taxa de risco de pobreza (%) segundo o nível de escolaridade completado; Portugal; Anual (2019-2022)

Indicadores de desigualdade e população em risco de pobreza em exclusão social

Indicador	2019	2020	2021	2022
Coefficiente de Gini (%)	31,2	33,0	32,0	33,7
S80/S20 (n.º)	5,0	5,7	5,1	5,7
S90/S10 (n.º)	8,1	9,8	8,5	9,7

Fig. 8 – Indicadores de Desigualdade do Rendimento; Portugal; Anual (2019-2022)

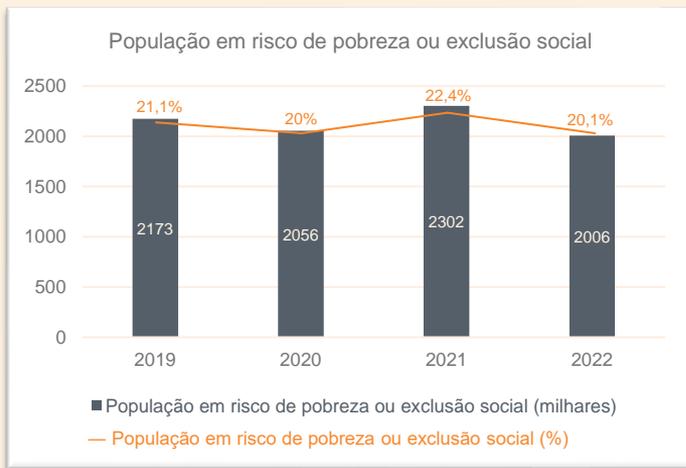


Fig. 9 - População em risco de pobreza ou exclusão social; Portugal; Anual (2019-2022)

Os principais indicadores de desigualdade registaram aumentos em 2022, face a 2019 (Fig. 8): o Coeficiente de Gini, em 2020, fixava-se nos 33%, valor que se agravou, face a 2019 (variação de 5,8%), o que reflete um aumento da desigualdade na distribuição dos rendimentos, em Portugal. Já em 2021, é possível constatar um decréscimo de 3%, face a 2020, (passagem de 33%, em 2020, para 32%, em 2021), o que evidencia uma diminuição da desigualdade na distribuição dos rendimentos. Contudo, em 2022, voltou a registar-se um agravamento (mais 5,3%, face a 2021), que se veio a refletir, no período considerado (2019-2022), no mais grave cenário de desigualdade.

O S80/S20, em 2019, era 5, ou seja, o rendimento dos 20% mais ricos (S80 / quintil 5) era 5 vezes superior ao dos 20% mais pobres (S20 / quintil 1). Em 2020, esta razão aumentou verificando-se um aumento de 14%, o que se refletiu num rendimento dos 20% mais ricos 5,7 vezes superior ao dos 20% mais pobres. Já em 2021, verificou-se uma diminuição de cerca de 10,6% que evidenciou um rendimento dos 20% mais ricos 5,1 vezes superior ao dos 20% mais pobres, valor que, embora indique, relativamente a 2020, uma diminuição da desigualdade na distribuição dos rendimentos, aumentou aproximadamente 2%, comparativamente a 2019. Por fim, em 2022, verificou-se um aumento de cerca de 11,8%, que se refletiu num rendimento dos 20% mais ricos 5,7 vezes superior ao dos 20% mais pobres, valor que, embora se tenha revelado superior ao registado em 2019 (mais 14%), foi equivalente ao registado em 2020 (5,7).

Relativamente ao rácio S90/S10, cuja tendência se revelou idêntica à do rácio S80/S20, em 2019, fixava-se em 8,1, ou seja, o rendimento dos 10% mais ricos (S90 / decil 10) era 8,1 vezes superior ao dos 10% mais pobres (S10 / decil 1). Em 2020, esta razão aumentou verificando-se um aumento de aproximadamente 21%, o que se refletiu num rendimento dos 10% mais ricos 9,8 vezes superior ao dos 10% mais pobres. Quanto a 2021, é possível destacar uma diminuição de cerca de 13% que evidencia um rendimento dos 10% mais ricos 8,5 vezes superior ao dos 10% mais pobres, valor que, embora indique, relativamente a 2020, uma diminuição da desigualdade na distribuição dos rendimentos, aumentou aproximadamente 5% comparativamente a 2019. Já em 2022, verificou-se um aumento de cerca de 14,1%, que se refletiu num rendimento dos 10% mais ricos 9,7 vezes superior ao dos 10% mais pobres, valor que, embora se tenha revelado superior ao registado em 2019 (mais 19,8%), foi inferior ao registado em 2020 (menos 1%).

Em 2022 (rendimentos de 2021), em Portugal, 2 006 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, 2 006 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa, sendo que a taxa de pobreza ou exclusão social se situava em 20,1%, valor 10,3% inferior ao registado no ano anterior (22,4%). Já em 2021 (rendimentos de 2020), existiam 2 302 milhares de pessoas que se encontravam em risco de pobreza ou exclusão social, tendo-se registado um forte agravamento (mais 12%, face ao ano anterior, resultante da passagem de 20%, em 2020, para 22,4%, em 2021) da taxa de risco de pobreza ou exclusão social. Já em 2020 (rendimentos de 2019), existiam 2 056 milhares de indivíduos que se encontravam em risco de pobreza ou exclusão social (-117 milhares de indivíduos do que em 2019), tendo a percentagem da população que se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social decrescido cerca de 2% (passagem de 21,1%, em 2019, para 20%, em 2020)

Conclusões

De acordo com a análise dos dados expostos no presente estudo, é-nos possível concluir, e dando resposta às questões inicialmente propostas, que, em Portugal, no período 2019-2022, ocorreu um aumento da pobreza. Aumento este (5%) não muito significativo, uma vez que as transferências sociais desempenharam um papel crucial, tendo em média, no período considerado, contribuído para reduzir o risco de pobreza em aproximadamente 60% – Fig. 2.

Ao longo do território português, a pobreza distribui-se de forma assimétrica, tendo maior impacto nas regiões insulares (R. A. Açores e R. A. Madeira), no Norte e no Algarve, muito embora a AML tenha vindo a registar o mais forte agravamento – Fig. 3.

A pobreza, em Portugal, é influenciada por fatores como a idade, o sexo, a condição perante o trabalho e o nível de instrução, sendo que:

- ▶ O grupo etário em que a pobreza se revelou sempre mais expressiva foi o grupo compreendido pela população mais jovem (0-17 anos) – Fig. 4;
- ▶ O risco de pobreza incide mais sobre o sexo feminino, já que o risco de pobreza das mulheres tem tendência a superar a dos homens e a total – Fig. 5;
- ▶ Segundo a condição perante o trabalho, a população desempregada foi a que revelou uma taxa de pobreza sempre superior à das demais categorias – Fig. 6;
- ▶ A população com apenas habilitações até ao ensino básico foi a que registou o maior risco de pobreza, havendo-se registado uma tendência que revela que, quanto mais instruídos somos, menor é o nosso risco de pobreza – Fig. 7;

Em Portugal, há cada vez mais desigualdade (Fig. 8), o que é comprovado pela evolução positiva de indicadores como o Coeficiente de Gini e os rácios S80/S20 e S90/S10, isto, enquanto se verifica um decréscimo da população que se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social, estabelecendo-se uma tendência inversamente proporcional, uma vez que um aumento da desigualdade corresponde a um decréscimo da taxa de risco de pobreza ou exclusão social.

Na elaboração do estudo, as limitações que surgiram encontram-se relacionadas com a ausência de dados referentes ao ano de 2023, que impossibilitaram a atualidade do exposto, e com a dificuldade de localizar dados com os quais pudessem ser estabelecidas relações entre a pobreza e o rendimento.